

CONCURSO PÚBLICO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO  
EDITAL N.º 002/2026  
19 de abril de 2026

NOME:

CARGO: **ADVOGADO**

LOCAL:

SALA:

## INSTRUÇÕES

### 1) Conferência inicial

Verifique seu **nome e o cargo indicado** da capa deste caderno e leia atentamente as instruções.

### 2) Composição do caderno *(confira após o início da prova)*

- Contém **50 (cinquenta) questões objetivas**.
- Todas as questões são de múltipla escolha, com cinco alternativas cada (A, B, C, D e E).
- É permitido fazer anotações, cálculos, riscos e observações exclusivamente neste Caderno.

### 3) Cartão-Resposta

Confira se o seu **nome, número de inscrição, data de nascimento, CPF e cargo** estão corretos. Caso identifique que o Cartão-Resposta não corresponde aos seus dados, comunique imediatamente ao fiscal **para que seja providenciada a substituição**. O fiscal não está autorizado a alterar informações impressas, e não serão aceitas reclamações posteriores. O preenchimento do Cartão-Resposta é de sua inteira responsabilidade. Não haverá substituição em caso de erro de preenchimento.

### 4) Material permitido

É obrigatório o uso exclusivo de caneta esferográfica fabricada em material transparente, com tinta azul ou preta.

### 5) Duração da prova

A prova terá duração de 3 (três) horas, incluindo o tempo destinado ao preenchimento do Cartão-Resposta.

### 6) Regras de saída

- Ao término da prova, entregue **obrigatoriamente** ao fiscal o Cartão-Resposta e este Caderno de Questões.
- A saída definitiva da sala somente será permitida após **1 (uma) hora** do início da prova.
- É permitido levar apenas a folha intermediária de respostas, localizada na última página deste caderno, desde que contenha exclusivamente as alternativas assinaladas, sendo vedadas quaisquer outras anotações.
- Os **3 (três) últimos candidatos** somente poderão se retirar da sala simultaneamente.

### 7) Assinaturas

Escreva seu nome completo e assine na capa deste Caderno, e assine também no local indicado no Cartão-Resposta.

**BOA PROVA!**



Nome completo: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

# LÍNGUA PORTUGUESA

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 4.

## Unicef alerta para prejuízos da falta de acesso à água nas escolas

Situação melhorou em 2025, mas ainda afeta 75 mil estudantes

O número de escolas públicas ativas sem acesso à água caiu pela metade de 2024 para 2025, segundo dados divulgados em fevereiro pelo Censo Escolar, mas ainda restaram 1.203 escolas em que cerca de 75 mil estudantes não têm a garantia desse direito.

Às vésperas do Dia Mundial da Água, celebrado no próximo domingo (22), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) defende apoio institucional às localidades para superar esse problema, destacando os impactos à higiene, à saúde, à qualidade da merenda escolar, à dignidade menstrual e a outros pontos essenciais para um bom aprendizado.

O Unicef ressalta que a situação é mais grave nas zonas rurais, onde estão localizadas 96% das escolas desabastecidas. De acordo com o oficial de Água, Saneamento e Higiene do fundo das Nações Unidas (ONU) no Brasil, Rodrigo Resende, esse é um déficit histórico que reflete os desafios para a implementação de políticas públicas nos municípios, especialmente na Amazônia e no Semiárido.

Resende recomenda que, para resolver o problema, é preciso uma soma de esforços de entes federativos e instituições para apoiar os territórios, ampliando os investimentos e fortalecendo a capacitação de técnicos e lideranças locais.

O engajamento e a participação ativa das comunidades são essenciais, complementa o oficial do Unicef, que também defendeu soluções que respeitem as especificidades locais e priorizem fontes renováveis de energia.

### Disparidades

Com o avanço no fornecimento de água no ano passado, mais de 100 mil estudantes passaram a acessar esse direito. Em 2024, 179 mil não tinham acesso à água em 2.512 escolas públicas, número que caiu para 75 mil no ano passado.

O perfil dos que continuam sem acesso a esse direito mostra disparidades sociais e raciais. Alunos negros são maioria nas escolas sem acesso à água, e havia também uma proporção relevante de crianças e adolescentes indígenas.

Resende também pontua que as mulheres e as meninas estão mais vulneráveis à falta ou precariedade do acesso à água, especialmente durante o período menstrual. O Fundo das Nações Unidas acredita que a falta de água acaba afastando as meninas da sala de aula nesses dias, ou obrigando as alunas a saírem do ambiente escolar em busca de um banheiro adequado, o

que atrapalha seu aprendizado e aumenta a exposição a violências.

Além de dificultar o consumo de água e a higiene dos alunos, o desabastecimento também impacta a preparação dos alimentos para a merenda escolar. Esses três pontos são considerados fundamentais pelo Unicef para promover a saúde e o bem-estar de crianças e adolescentes na escola.

No ano passado, a organização desenvolveu ações como a instalação de sistemas de abastecimento de água movidos à energia solar no Amazonas e a ampliação dos sistemas que atendem ao território Yanomami, em Roraima. Mas a principal atuação do Fundo é o apoio a gestores, para fortalecer políticas públicas.

(<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2026-03/unicef-alerta-para-prejuizos-da-falta-de-acesso-agua-nas-escolas>. Acesso em: 02 abr. 2026.)

## Questão 01

### (Questão anulada)

Leia o excerto a seguir:

"Às vésperas do Dia Mundial da Água, celebrado no próximo domingo (22), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) defende apoio institucional às localidades para superar esse problema, destacando os impactos à higiene, à saúde, à qualidade da merenda escolar, à dignidade menstrual e a outros pontos essenciais para um bom aprendizado."

Analise as seguintes sentenças:

I. Em "Às vésperas", o uso do acento grave está correto e acontece porque se trata de uma locução adverbial constituída por substantivo feminino.

II. O verbo "defender", no contexto do excerto, tem o sentido de "defender métodos, atos e medidas", pedindo tanto complemento direto ("apoio institucional"), como complemento indireto ("às localidades"). Assim, o uso do acento grave em "às localidades" está correto porque o verbo é regido pelas preposições "para" ou "a".

III. Na enumeração, todas as crases estão corretamente usadas porque o substantivo "impactos", nesse contexto, é regido por preposição. Caberia também usar a preposição "em", fazendo a correta contração com o artigo, sem provocar mudança que comprometa o sentido dado no texto: "destacando os impactos na higiene, na saúde, na qualidade da merenda escolar, na dignidade menstrual e em outros pontos essenciais".

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I, apenas.
- (E) II e III, apenas.

## Questão 02

(Questão anulada)

A vírgula é um sinal que marca pausas importantes no texto, contribuindo para a coesão textual. Associe a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando os usos da vírgula com suas respectivas justificativas:

### Primeira coluna: usos da vírgula

1."[...] destacando os impactos à higiene, à saúde, à qualidade da merenda escolar, à dignidade menstrual e a outros pontos essenciais para um bom aprendizado."

2."O número de escolas públicas ativas sem acesso à água caiu pela metade de 2024 para 2025, segundo dados divulgados em fevereiro pelo Censo Escolar, mas ainda restaram 1.203 escolas em que cerca de 75 mil estudantes não têm a garantia desse direito."

3."Resende também pontua que as mulheres e as meninas estão mais vulneráveis à falta ou precariedade do acesso à água, especialmente durante o período menstrual."

### Segunda coluna: justificativas

()Separa elementos que exercem funções sintáticas diversas, geralmente com a finalidade de realçá-los. É o caso do apostro explicativo.

()Separa orações ou termos coordenados quando não há a utilização de conectivo.

()Separa oração subordinada adverbial quando está intercalada na oração principal, marcando a quebra da ordem natural da estrutura frasal.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 3 – 1 – 2.
- (B) 3 – 2 – 1.
- (C) 1 – 3 – 2.
- (D) 1 – 2 – 3.
- (E) 2 – 3 – 1.

## Questão 03

(Correta: C)

Considere o seguinte excerto:

"No ano passado, a organização desenvolveu ações como a instalação de sistemas de abastecimento de água movidos à energia solar no Amazonas e a ampliação dos sistemas que atendem ao território Yanomami, em Roraima. **Mas** a principal atuação do Fundo é o apoio a gestores, para fortalecer políticas públicas."

Certas conjunções coordenativas podem, no discurso, assumir variados matizes significativos de acordo com a relação que estabelecem entre os membros (palavras e orações) coordenados, isto é, elas podem estabelecer relações de sentido diferentes daquelas tradicionalmente conhecidas. É o caso da conjunção "mas" no excerto.

Apesar de ser adversativa, ou seja, articular ideias com sentidos contrastivos, no excerto, essa conjunção estabelece outra relação de sentido.

Assinale a alternativa que indica corretamente a relação de sentido estabelecida pela conjunção "mas" no excerto:

- (A) Adição, acrescentando uma nova função na atuação do Unicef.
- (B) Conclusão, indicando uma consequência da atuação do Unicef.
- (C) Retificação, alinhando as atuações do Unicef.
- (D) Compensação, atenuando a interferência do Unicef.
- (E) Restrição, limitando a atuação do Unicef.

## Questão 04

(Correta: E)

Leia as assertivas e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas. De acordo com o texto:

()Entre as escolas públicas do Brasil, 50% ainda não tem acesso à água, atingindo cerca de 75 mil estudantes em todo o território nacional.

()A aprendizagem das estudantes fica comprometida em escolas com escassez ou falta de água porque a sua dignidade é afetada em dias de menstruação, inclusive colocando-as em mais risco de sofrerem violência.

()Para o Unicef, são aspectos fundamentais na promoção da saúde e do bem-estar dos estudantes no ambiente escolar o acesso à água para consumo, para a higiene dos estudantes e para a preparação das refeições.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – F – F.
- (B) F – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – V – V.

## Questão 05

(Correta: D)

Leia o texto a seguir:

### Desigualdade racial nas universidades ainda persiste

Apesar dos avanços proporcionados pela Lei de Cotas, a equiparação educacional entre negros e brancos está longe de se concretizar, de acordo com um estudo do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra), lançado em novembro de 2025.

Baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estudo revelou que apenas 14,9% das mulheres negras acima de 25 anos concluíram o ensino superior. Em contraste,

a proporção de mulheres brancas com diploma é o dobro, 30,3% em 2023.

As cotas, entretanto, estão ajudando a virar esse jogo: os estudantes negros passam de minoria em 2014 para maioria no ensino superior em 2019, é o que mostra o Censo da Educação Superior de 2019.

(Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2026/03/31/movimentos-populares-se-r-eunem-em-sp-para-defender-ampliacao-das-cotas-raciais-nas-universidades/>. Acesso em: 06 abr. 2026. Adaptado.)

Analise o texto e as sentenças a seguir:

I.No texto, há a expressão "esse jogo". O pronome demonstrativo e o substantivo têm como referente informações já apresentadas, possibilitando, na articulação das ideias, tanto retomar algo já posto (localizando o leitor), quando introduzir uma ideia nova (ampliando as informações). A expressão "esse jogo" refere-se à "equiparação educacional entre negros e brancos está longe de se concretizar", apresentada no primeiro parágrafo. É desse jogo que se trata.

II.O primeiro parágrafo inicia-se com a locução prepositiva "apesar de", introduzindo uma oração subordinada concessiva, isto é, introduz uma ideia em que se exprime um fato contrário à ideia da oração principal, mas incapaz de impedi-la.

III.A partir da leitura do texto e analisando as construções textuais, é correto afirmar que o sistema de cotas trouxe avanços para combater a desigualdade entre pessoas negras e brancas no ensino superior, porém, esses avanços são insuficientes e comprovam a ineficácia da Lei de Cotas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

## Questão 06

(Correta: A)

Analise as sentenças a seguir quanto à concordância verbal:

I.**Vinha** pela trilha ela, o irmão e eu. Sozinhos e com medo.

II.Tanto ela quanto o irmão **estavam** exaustos, mas não havia o que fazer. Era preciso seguir adiante.

III.Cada uma das pessoas inscritas **deve** cuidar de seus pertences durante a trilha.

IV.Mais de uma pessoa **tem** defendido nossas atividades. São importantes para elas.

Está correta a concordância dos verbos destacados em:

- (A) II, III e IV, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) I, apenas.

(D) I, II, III e IV.

(E) I e III, apenas.

## Questão 07

(Correta: B)

Mobilizando conhecimentos prévios, analise o excerto e as sentenças. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

[...] A gente cresce ouvindo que precisa ter um plano. Plano de carreira. Plano financeiro. Plano de Saúde. Plano A, B e, se possível, um C para garantir. A vida adulta parece um grande projeto estratégico em que prever é sinônimo de segurança. Mas e quando o imprevisto chega antes de a planilha fechar?

Aceitar a incerteza, talvez, seja o maior exercício da maturidade. Não porque gostamos do caos, mas porque finalmente entendemos que a vida não cabe inteira no nosso planejamento. Ainda bem, porque as informações que temos são insuficientes para elaborarmos todas as possibilidades que só surgem quando algo desvia do planejado. [...]

Aceitar a incerteza não significa cruzar os braços diante da vida e, sim, continuar fazendo planos, mas com a consciência de que ajustes fazem parte do percurso. Quando entendemos isso, algo se suaviza. A pressão diminui. O erro deixa de ser catástrofe e passa a ser um dado. O "não era o que eu queria" se transforma em "o que posso fazer com isso?" [...].

(Alexandre Coimbra Amaral.

<https://vidasimples.co/colonista/o-que-posso-fazer-com-isso-agora/>.

Acesso em: 06 abr. 2026. Adaptado.)

(\_\_\_)De acordo com o autor, incerteza e maturidade caminham juntas, uma vez que, ainda que o sujeito planeje sua vida, desvios e imprevistos são possíveis. A maturidade é demonstrada na forma como se lida com os imprevistos, com as incertezas.

(\_\_\_)No terceiro parágrafo, a palavra "quando" funciona como uma conjunção, introduzindo a oração subordinada "Quando entendemos isso". Ela estabelece um sentido de concomitância de fatos entre a oração subordinada e a principal e assume o valor semântico das conjunções proporcionais: *À medida que entendemos isso, algo se suaviza.*

(\_\_\_)O trecho sublinhado poderia também ser estruturado assim: "Quando entendemos isso, algo se suaviza, a pressão diminui, o erro deixa de ser catástrofe e passa a ser um dado".

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – F.
- (B) V – V – V.
- (C) F – F – V.
- (D) F – V – F.

(E) V – F – V.

### Questão 08

(Correta: C)

Analise as concordâncias nominais feitas nas construções a seguir:

I. Nem uma nem outra **justificativa** é válida porque você sempre mente.

II. Elas **próprias** fizeram o roteiro da viagem e planejaram a travessia de barco da costa brasileira à costa africana.

III. **Dado** a circunstância meteorológica, adiaram a saída do porto por dois dias.

Está correta a concordância nominal em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

### Questão 09

(Correta: E)

Esta questão é composta por dois textos. Leia-os e analise-os conjuntamente:

Texto 1:



(Edição 235, abril 2026. Disponível em: <https://piaui.uol.com.br/edicao/235/>. Acesso em: 06 abr. 2026.)

Texto 2:

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente, em 1945, para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais.

Erguida sobre os escombros da Segunda Guerra Mundial (1939-45), a ONU é o pilar da cooperação pela

paz, justiça e o desenvolvimento sustentável, unindo 193 países para buscar soluções comuns para nossos desafios compartilhados.

A ONU é o lugar onde as nações do mundo podem se reunir, discutir problemas comuns e encontrar soluções compartilhadas.

(<https://brasil.un.org/pt-br/279573-sobre-onu>. Acesso em: 06 abr. 2026.)

A partir da leitura e análise dos dois textos, percebe-se o uso de uma figura de linguagem na construção da capa da revista, composta por texto verbal e não verbal. Assinale a alternativa que indica corretamente essa figura de linguagem:

- (A) Antítese.
- (B) Metonímia.
- (C) Metáfora.
- (D) Eufemismo.
- (E) Ironia.

### Questão 10

(Correta: D)

Analise os termos destacados nas sentenças, verificando se a ortografia deles está correta:

I. A literatura **afro-brasileira** é muito rica e variada e deveria ser lida por mais pessoas.

II. A produção literária de **afrodescendentes** tem crescido no Brasil à medida em que aumenta o número de leitores.

III. O **recém-nascido** livro foi publicado só após anos de pesquisa e revisões.

IV. A autora **recém-chegou** à livraria e já foi acolhida por todos que a aguardavam ansiosamente.

Está correta a escrita dos termos destacados em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) IV, apenas.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

### Questão 11

(Correta: C)

Foram registradas as notas de 6 estudantes em uma avaliação, sendo cada nota um número de 0 a 10. A média aritmética das 6 notas foi 7,5. Sabe-se que, ao desconsiderar a maior e a menor nota, a média aritmética das 4 notas restantes passa a ser 7. Nessas condições, pode-se afirmar que a soma da maior nota com a menor é igual a:

- (A) 21.

- (B) 13.
- (C) 17.
- (D) 19.
- (E) 15.

### Questão 12

**(Correta: A)**

Em um centro de restauração de documentos, uma equipe de técnicos foi encarregada de higienizar e catalogar um acervo. Verificou-se que 14 técnicos, todos com igual rendimento de trabalho, trabalhando 3 horas por dia durante 10 dias, conseguiram concluir sete décimos do trabalho total. Após esse período, 5 técnicos foram deslocados para outro setor, e os técnicos restantes passaram a trabalhar 4 horas por dia, mantendo o mesmo rendimento individual. Nessas condições, pode-se afirmar que a parte ainda não concluída desse trabalho será finalizada em:

- (A) 5 dias.
- (B) 4 dias.
- (C) 8 dias.
- (D) 6 dias.
- (E) 7 dias.

### Questão 13

**(Correta: C)**

Em uma loja, o preço de venda de um produto sofreu três alterações sucessivas. No primeiro mês, houve um aumento de 15% sobre o preço inicial. No segundo mês, houve um aumento de 20% sobre o preço praticado após o primeiro aumento. No terceiro mês, devido à baixa nas vendas, houve uma redução de 10% sobre o preço praticado após o segundo aumento. Após essas três alterações, o preço final do produto ficou em R\$ 304,29. Pode-se afirmar que o preço inicial desse produto, antes das mudanças, era, em reais, de:

- (A) 242,31.
- (B) 220,50.
- (C) 245,00.
- (D) 243,43.
- (E) 227,61.

### Questão 14

**(Correta: C)**

Um cadeado é aberto por uma senha de 4 algarismos. Cada algarismo pode ser de 0 a 9, e senhas com os mesmos algarismos em posições diferentes são consideradas senhas diferentes. Lucas criou uma senha em que todos os 4 algarismos são pares. Sabendo apenas disso, Maria fez uma única tentativa de abrir o cadeado. Pode-se afirmar que a probabilidade de ela acertar a senha na primeira tentativa é de:

- (A) 0,12%.

- (B) 0,80%.
- (C) 0,16%.
- (D) 0,08%.
- (E) 1,60%.

### Questão 15

**(Correta: B)**

Em uma turma, foi realizada uma pesquisa sobre a participação dos estudantes em três atividades extracurriculares: música, teatro e xadrez. Os dados mostraram que:

- 18 estudantes participam de música;
- 20 estudantes participam de teatro;
- 16 estudantes participam de xadrez;
- 7 estudantes participam de música e, também, de teatro;
- 6 estudantes participam de música e, também, de xadrez;
- 5 estudantes participam de teatro e, também, de xadrez;
- 3 estudantes participam das três atividades.

Nessas condições, pode-se afirmar que o número de estudantes que participam de apenas uma dessas três atividades é igual a:

- (A) 33.
- (B) 27.
- (C) 30.
- (D) 36.
- (E) 39.

## CONHECIMENTOS GERAIS

---

### Questão 16

**(Correta: D)**

A trajetória pública da tecnologia nas últimas décadas pode ser descrita como uma transição entre três momentos distintos. No primeiro, predominou a tecnoutopia: a crença de que a internet e as plataformas digitais seriam intrinsecamente democratizantes, capazes de distribuir conhecimento, reduzir desigualdades e ampliar a liberdade individual. Esse otimismo estava ancorado na chamada "ideologia californiana" – conceito elaborado por pesquisadores de mídia britânicos em meados dos anos 1990 –, que combinava o espírito rebelde e inventivo dos pioneiros da tecnologia com os valores do capitalismo liberal, resultando na crença de que o mercado privado, livre de intervenção estatal, seria o melhor administrador da vida social. No segundo momento, emergiu o capitalismo de vigilância, descrito pela pesquisadora Shoshana Zuboff como um modelo econômico que reivindica unilateralmente a experiência humana como matéria-prima gratuita, convertendo comportamentos,

preferências e emoções dos usuários em dados comercializáveis. No terceiro momento, consolidou-se o tecnoniilismo: um ceticismo crescente em relação às promessas da tecnologia, alimentado por escândalos envolvendo uso indevido de dados, disseminação de desinformação e inação das plataformas diante de discursos de ódio. Críticos do tecnoniilismo, porém, alertam que o ceticismo, por si só, é insuficiente – sendo necessário apresentar soluções e retomar a capacidade coletiva de imaginar uma outra relação com a tecnologia. Com base no contexto apresentado, assinale a alternativa correta:

- (A) O tecnoniilismo corresponde à rejeição completa do uso de tecnologias digitais, propondo a substituição das plataformas privadas por sistemas de comunicação e organização social integralmente administrados pelo poder público, sem participação da iniciativa privada.
- (B) A emergência do capitalismo de vigilância decorreu fundamentalmente de escolhas individuais dos usuários que, ao aceitarem livremente os termos de uso das plataformas, consentiram de forma plena e informada com a comercialização de seus dados comportamentais.
- (C) O ceticismo tecnoniilista, por pressupor a impossibilidade de qualquer regulação eficaz sobre as grandes plataformas digitais, conduz necessariamente à conclusão de que apenas a ação individual dos usuários – como a migração para aplicativos alternativos – é capaz de produzir mudanças no modelo vigente.
- (D) A "ideologia californiana", ao absorver o espírito inventivo dos pioneiros da tecnologia dentro da lógica do capitalismo liberal, produziu uma visão simultaneamente otimista em sua retórica e pessimista quanto a mudanças sociais estruturais, legitimando a crença de que o mercado privado administra a vida coletiva melhor do que qualquer forma de regulação estatal.
- (E) O capitalismo de vigilância representa um aprofundamento do projeto original da tecnoutopia, pois amplia o acesso dos usuários a serviços e conteúdos personalizados, fortalecendo a dimensão democrática e emancipadora que marcou os primórdios da internet.

## Questão 17

**(Correta: A)**

O Brasil produz ciência em escala significativa, mas ainda não a converte em capacidade produtiva: tecnologias promissoras permanecem presas entre o laboratório e o mercado enquanto a economia global acelera em direção à energia limpa, a materiais avançados e à biotecnologia. Nesse contexto, a gestão estratégica da inovação não se limita à execução de planos lineares – ela orquestra ecossistemas, conectando ciência, mercado e política pública por meio de governança colaborativa e aprendizado contínuo. A equidade racial e de gênero, nesse cenário, é tratada

não como pauta moral periférica, mas como pilar estratégico: equipes racialmente diversas ampliam o repertório cognitivo, reduzem vieses em processos científicos e tecnológicos e produzem decisões mais éticas diante de problemas complexos. Ignorar as desigualdades raciais e de gênero no planejamento restringe quem pode criar, liderar e transformar conhecimento em aplicação prática. A inovação sustentável exige que a equidade seja organizada como prática de gestão e medida por indicadores de representatividade, liderança e oportunidades – e não tratada como variável acessória. Reindustrializar é também redistribuir poder e oportunidade: inovação e equidade integram a mesma estratégia de transformar conhecimento em soberania produtiva e diversidade em inteligência coletiva. Com base no contexto apresentado, assinale a alternativa correta:

- (A) A equidade racial e de gênero, quando incorporada como pilar estratégico da gestão da inovação, amplia o repertório cognitivo das equipes, reduz vieses em processos científicos e contribui para a competitividade e a soberania produtiva, devendo ser mensurada por indicadores de representatividade, liderança e oportunidades.
- (B) A gestão estratégica da inovação em ecossistemas científicos consiste, fundamentalmente, na execução eficiente de planos lineares previamente definidos, cabendo ao gestor controlar variáveis e minimizar desvios em relação às metas estabelecidas na fase de planejamento.
- (C) A principal barreira à conversão da ciência brasileira em capacidade produtiva é de natureza técnica, pois a insuficiência de ferramentas de medição de maturidade tecnológica seria o fator determinante para o hiato persistente entre laboratório e mercado.
- (D) A equidade racial e de gênero representa um compromisso ético relevante para organizações inovadoras, mas sua incorporação ao planejamento estratégico não produz ganhos cognitivos ou competitivos mensuráveis, devendo ser tratada como política de responsabilidade social apartada da estratégia de inovação.
- (E) A soberania produtiva de um país depende prioritariamente do volume de investimento em infraestrutura científica, sendo a diversidade das equipes de pesquisa e desenvolvimento um fator secundário, sem impacto direto sobre a qualidade e a originalidade das soluções geradas.

## Questão 18

**(Correta: B)**

A Controladoria Geral da FURB, no âmbito de uma auditoria sobre conformidade institucional, submete à equipe técnica de nível superior da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas um conjunto de situações que demandam interpretação articulada entre o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade. As situações envolvem: os limites da atuação das Pró-Reitorias; as condições para intervenção da Administração Superior

nas unidades setoriais; as regras sobre pronunciamentos públicos em nome da FURB; e as disposições sobre deliberação nos órgãos colegiados superiores. A equipe precisa identificar, com precisão, quais afirmações estão em conformidade com os diplomas normativos vigentes. Com base no Estatuto da FURB (Decreto Municipal n.º 9.199/2010) e no Regimento Geral (Resolução n.º 129/2001), assinale a alternativa correta:

- (A) A vedação estatutária a pronunciamentos públicos em nome da FURB alcança qualquer manifestação de membro da Comunidade Universitária sobre assuntos institucionais, ainda que a manifestação não envolva a responsabilidade da Instituição e seja realizada em caráter estritamente pessoal.
- (B) O ato de intervenção da Administração Superior nas unidades setoriais da FURB deverá especificar a amplitude, o prazo e as condições de execução, nomear interventor e ser submetido à aprovação do Conselho Universitário no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo que, cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas retornarão aos seus cargos, salvo impedimento legal.
- (C) As Pró-Reitorias da FURB são exercidas por servidores do quadro efetivo, ocupantes de Função de Confiança de livre designação e exoneração do Reitor, sendo que o Pró-Reitor Adjunto substitui o Pró-Reitor em suas faltas e impedimentos, e acumula, por força do cargo, as funções de secretário do CEPE.
- (D) A intervenção da Administração Superior nas unidades setoriais pode ser determinada unilateralmente pelo Reitor, independentemente de aprovação pelo CONSUNI, nos casos em que o comprometimento grave da ordem administrativa setorial exigir providência imediata, aplicando-se o controle posterior do Conselho apenas nas hipóteses de intervenção preventiva.
- (E) Salvo disposição estatutária em contrário, os órgãos deliberativos da FURB funcionarão com a presença de, no mínimo, um terço de seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos presentes, conforme estabelece o Estatuto para garantir representatividade nas decisões institucionais.

### Questão 19

**(Correta: D)**

A expansão dos centros de processamento de dados (data centers) no Brasil é impulsionada pela demanda crescente por inteligência artificial generativa e por investimentos de grandes empresas internacionais. O país já possui o maior parque de data centers da América Latina, com cerca de 800 megawatts de capacidade instalada, e projeta triplicar essa capacidade até 2030. Atualmente, apenas 40% dos dados brasileiros são processados em território nacional, sendo o restante tratado no exterior, fora do alcance da legislação brasileira. Especialistas apontam tensões estruturais nesse processo: consumo intensivo de água para

resfriamento dos servidores, ausência de mecanismos de participação social nas decisões de instalação e falta de informações públicas sobre os impactos socioambientais dos projetos. Sistemas de resfriamento de circuito fechado reutilizam água para resfriar servidores, mas o uso inicial permanece elevado e alternativas que economizam água tendem a elevar o consumo de energia, pois dependem de refrigeradores mais potentes. Lideranças indígenas próximas a um dos maiores projetos em planejamento manifestaram preocupação com possíveis disputas por recursos hídricos e energéticos com comunidades locais, enquanto o Ministério Público Federal apontou falhas no licenciamento ambiental do empreendimento. Considere as afirmativas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(\_\_ ) A concentração do processamento de dados em território nacional é associada ao fortalecimento da soberania digital do país, uma vez que dados processados no exterior ficam fora do alcance da legislação brasileira.

(\_\_ ) Sistemas de resfriamento de circuito fechado eliminam o consumo hídrico dos data centers, pois reutilizam integralmente a água utilizada no processo de resfriamento dos servidores, sem qualquer necessidade de reposição.

(\_\_ ) A ausência de mecanismos de participação social e de informações públicas sobre o consumo de energia e água dos projetos de data centers é apontada por especialistas como lacuna de governança que já se reflete em conflitos locais envolvendo comunidades e lideranças indígenas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) F – F – V.
- (D) V – F – V.
- (E) V – V – F.

### Questão 20

**(Correta: C)**

Durante processo de revisão das políticas internas de governança da FURB, a equipe jurídica da Instituição solicita à Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas um parecer técnico-administrativo sobre quatro situações concretas que envolvem a interpretação articulada do Estatuto e do Regimento Geral. A servidora responsável pelo parecer precisa distinguir, com precisão, as competências privativas de cada órgão, as regras de composição e votação dos colegiados e os limites impostos à acumulação de funções de direção, evitando interpretações que extrapolem ou restrinjam indevidamente o texto normativo vigente. Com base no Estatuto da FURB (Decreto Municipal n.º 9.199/2010) e no Regimento Geral (Resolução n.º 129/2001), assinale a alternativa correta:

- (A) A Ouvidoria da FURB, por sua natureza de canal de comunicação entre a Instituição e os usuários, acumula as funções de representação judicial da FURB em casos que envolvam denúncias de servidores, cabendo-lhe ainda emitir pareceres sobre minutas de contratos e convênios submetidos à sua apreciação.
- (B) A Controladoria Geral da FURB, por ser órgão de fiscalização da gestão econômico-financeira e patrimonial, subordina-se ao CEPE, que detém competência normativa sobre a administração financeira, contábil e orçamentária da Instituição, cabendo ao Controlador Geral apresentar relatórios semestrais ao referido Conselho.
- (C) Nos órgãos deliberativos da FURB, nenhum membro pode abster-se de votar, e nenhum membro pode votar em deliberações que digam respeito diretamente a seus interesses particulares ou aos de seu cônjuge, descendentes, ascendentes ou colaterais até o terceiro grau, cabendo ao presidente, além do voto comum, o voto de qualidade nos casos de empate.
- (D) A vedação à acumulação de cargos de direção prevista no Estatuto da FURB aplica-se indistintamente a todos os servidores da Instituição, incluindo os técnico-administrativos que eventualmente exerçam funções de coordenação, independentemente de os cargos acumulados estarem ou não expressamente listados no dispositivo estatutário pertinente.
- (E) O CEPE detém competência para deliberar, em grau de recurso, sobre matéria omissa no Estatuto ou no Regimento Geral da FURB, em qualquer hipótese, sendo sua decisão soberana e insuscetível de revisão pelo CONSUNI, salvo nos casos de expressa arguição de ilegalidade.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Questão 21

**(Correta: A)**

O Estado de Santa Catarina, visando à construção de uma nova ala em um hospital público estadual, declarou a utilidade pública de um terreno baldio adjacente pertencente à Construtora "Alfa". Paralelamente, para viabilizar o início imediato do canteiro de obras e o armazenamento de maquinário pesado enquanto o processo expropriatório do terreno principal tramita, o Estado decide utilizar temporariamente um outro imóvel vizinho, de propriedade particular, que não possui benfeitorias e não está sendo utilizado. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- (A) O Estado poderá instituir a ocupação temporária do imóvel vizinho para o apoio às obras, sendo que, por se tratar de ocupação vinculada à execução de obras públicas em terreno não edificado, a indenização ao proprietário apenas será devida se houver dano efetivo ao bem.

- (B) No caso da desapropriação do terreno baldio da Construtora "Alfa", o Estado poderá efetivar a imissão provisória na posse independentemente da declaração de urgência, desde que comprove a necessidade de ampliação do hospital.
- (C) Por se tratar de uma intervenção supressiva, a ocupação temporária transfere a propriedade do imóvel vizinho ao Estado após o decurso de 5 (cinco) anos de uso ininterrupto, caso não haja oposição do proprietário.
- (D) A ocupação temporária do imóvel vizinho exige a prévia declaração de utilidade pública e o pagamento de indenização justa e antecipada em dinheiro, seguindo o mesmo rito procedimental da desapropriação do terreno principal.
- (E) A ocupação temporária e a servidão administrativa confundem-se neste caso, pois ambas possuem caráter permanente e exigem a averbação na matrícula do imóvel para terem validade perante terceiros.

### Questão 22

**(Correta: A)**

A sociedade empresária "Construções S.A." praticou atos lesivos contra a administração pública federal, obtendo benefícios indevidos em contratos de infraestrutura. Seis meses após os fatos, a "Construções S.A." foi integralmente incorporada pela holding "Investimentos Brasil S.A.", em um procedimento lícito e regular. Após a conclusão da incorporação, a Controladoria-Geral da União (CGU) instaurou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) para apurar os fatos e aplicar as sanções cabíveis. Verificou-se, ainda, que o Diretor de Operações da incorporada agiu com dolo direto na prática do ilícito. Com base na Lei n.º 12.846/2013 e no caso narrado, assinale a alternativa correta:

- (A) A responsabilidade da "Investimentos Brasil S.A." subsiste em razão da incorporação, mas ficará restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado até o limite do patrimônio transferido, não se lhe aplicando outras sanções administrativas por atos anteriores à sucessão, salvo comprovada fraude ou simulação.
- (B) O Diretor de Operações da antiga "Construções S.A." será responsabilizado de forma objetiva, enquanto a pessoa jurídica responde de forma subjetiva, bastando a comprovação de que o ato ilícito foi praticado no interesse da sociedade para que ele responda pelas multas civis.
- (C) A responsabilização administrativa da "Investimentos Brasil S.A." depende obrigatoriamente da prévia condenação judicial do Diretor de Operações, uma vez que a responsabilidade da pessoa jurídica é subsidiária à comprovação da culpabilidade da pessoa natural.

- (D) A "Investimentos Brasil S.A.", na qualidade de sucessora universal, responde objetiva e integralmente por todas as sanções previstas na Lei Anticorrupção, incluindo a publicação extraordinária da decisão condenatória e a proibição de receber incentivos públicos, independentemente do valor do patrimônio transferido.
- (E) Em razão da incorporação societária, a responsabilidade solidária entre a incorporadora e a incorporada limita-se exclusivamente ao ressarcimento do dano, sendo vedada a aplicação de multa administrativa à sucessora para evitar o enriquecimento ilícito do Estado.

### Questão 23

(Correta: C)

Em determinado momento, diante do aumento de acidentes em rodovias e da crescente poluição em grandes centros urbanos, diferentes entes federativos passaram a adotar medidas normativas e administrativas. A União editou lei estabelecendo normas gerais sobre políticas nacionais de transporte e segurança viária. Paralelamente, o Estado Beta aprovou lei estadual disciplinando aspectos específicos da fiscalização ambiental nas rodovias estaduais e criou regras próprias complementares às normas federais. Já o Município Gama editou lei proibindo totalmente a circulação de determinados veículos em áreas urbanas para reduzir a poluição e melhorar a mobilidade local. Diante desse cenário e considerando as regras constitucionais de repartição de competências, assinale a alternativa correta:

- (A) Em matérias de competência concorrente, a União e os Estados exercem competência cumulativa para legislar simultaneamente sobre normas gerais e específicas, sem qualquer distinção entre seus papéis legislativos.
- (B) As competências administrativas comuns somente podem ser exercidas pela União e pelos Estados, cabendo aos Municípios apenas executar políticas previamente definidas pelos demais entes federativos.
- (C) A Constituição adota como diretriz de repartição de competências o princípio da predominância do interesse, cabendo à União tratar de interesses predominantemente gerais, aos Estados dos interesses regionais e aos Municípios dos interesses locais; assim, normas gerais nacionais podem ser editadas pela União em matérias de competência concorrente, cabendo aos Estados suplementá-las, enquanto os Municípios podem disciplinar aspectos de interesse local.
- (D) Caso a União ainda não tenha legislado sobre determinada matéria de competência concorrente, os Estados ficam impedidos de editar normas até que a legislação federal seja publicada.

- (E) Como o Estado possui interesse regional na organização do transporte que passa por seu território, pode legislar integralmente sobre transporte rodoviário interestadual de passageiros, independentemente de legislação federal.

### Questão 24

(Correta: C)

O Tribunal de Contas do Estado Beta, ao analisar contrato administrativo celebrado anos antes por uma secretaria estadual, concluiu que determinada interpretação jurídica adotada à época não estaria de acordo com entendimento atualmente predominante na jurisprudência administrativa. Com base nisso, o órgão de controle decidiu declarar a nulidade do contrato, determinando a imediata restituição integral dos valores pagos à empresa contratada, sem examinar as consequências práticas da medida nem considerar as circunstâncias enfrentadas pelo gestor no momento da contratação. Durante o processo, o gestor público argumentou que seguiu orientação administrativa vigente à época e que a decisão de invalidação poderia gerar graves prejuízos à continuidade de políticas públicas já implementadas. Ainda assim, o órgão controlador limitou-se a afirmar genericamente que o ato contrariava princípios administrativos, sem detalhar os efeitos jurídicos e administrativos decorrentes da invalidação. Considerando as normas da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro sobre decisões administrativas, controladoras e judiciais, assinale a alternativa correta:

- (A) O agente público responde pessoalmente por qualquer decisão ou opinião técnica que venha a ser posteriormente considerada juridicamente inadequada, independentemente da existência de dolo ou erro grave.
- (B) A revisão da validade de ato administrativo pode basear-se livremente em mudança posterior de orientação interpretativa, ainda que o ato tenha sido praticado conforme entendimento administrativo predominante à época de sua edição.
- (C) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, decisões baseadas em valores jurídicos abstratos devem considerar as consequências práticas da medida, e eventual decisão que invalide ato administrativo deve indicar expressamente suas consequências jurídicas e administrativas, bem como avaliar as circunstâncias concretas enfrentadas pelo gestor e as orientações gerais vigentes à época da prática do ato.
- (D) A decisão que invalida ato administrativo deve limitar-se à declaração de nulidade, sendo dispensável indicar as consequências jurídicas e administrativas da medida, que poderão ser definidas posteriormente pela administração pública.

- (E) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, a invalidação de ato administrativo pode fundamentar-se exclusivamente em princípios ou valores jurídicos abstratos, desde que a autoridade competente entenda que o ato não se harmoniza com a interpretação atualmente predominante, em razão do princípio da supremacia do interesse público.

### Questão 25

(Correta: A)

O Governador do Estado X, visando aumentar a eficiência na fiscalização ambiental, edita um decreto delegando ao Secretário de Meio Ambiente a competência para criar cargos públicos e definir sanções pecuniárias para novas infrações não previstas em lei. Com base nesse decreto, o Secretário aplica uma multa pesada a uma indústria. Simultaneamente, o Comandante da Polícia Militar, subordinado ao Secretário de Segurança, decide avocar para si a competência de um Coronel para conduzir um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) específico, sem apresentar justificativa para a medida, apenas alegando sua posição superior na hierarquia. Considerando os casos acima, assinale a alternativa correta:

- (A) O ato do Comandante da Polícia Militar é viciado por abuso de poder na modalidade excesso de poder, uma vez que a avocação de competência é medida excepcional e exige fundamentação determinante, enquanto o decreto do Governador padece de ilegalidade por delegar matéria de reserva legal.
- (B) O decreto do Governador é válido com base no poder regulamentar, que autoriza o Chefe do Executivo a criar infrações e sanções administrativas via decreto para garantir a fiel execução das leis de proteção ao meio ambiente.
- (C) A delegação feita pelo Governador ao Secretário é admitida pelo ordenamento jurídico, desde que o ato de delegação seja revogável a qualquer tempo e não envolva a edição de atos de caráter normativo, o que valida a criação das novas sanções por decreto.
- (D) No caso da indústria multada, o poder exercido pelo Secretário é o poder disciplinar, pois a aplicação de multas a particulares que não possuem vínculo contratual com a Administração é a expressão máxima da supremacia do Estado sobre o indivíduo.
- (E) A avocação realizada pelo Comandante é um exercício legítimo do poder hierárquico, que permite ao superior substituir o subordinado em qualquer ato de sua competência, independentemente de motivação, dado o dever de obediência.

### Questão 26

(Correta: C)

O Dr. Roberto é juiz titular em uma vara cível. Durante a condução de um processo de cobrança, ele percebe que o perito nomeado, Sr. Carlos, é sócio de uma empresa de consultoria da qual a esposa do Dr. Roberto é cliente

assídua. Além disso, o réu da ação é uma instituição de ensino onde o Dr. Roberto ministra aulas de Direito Civil como professor horista. No decorrer do processo, o escrivão da vara, Sr. Marcos, retardou sem justo motivo a publicação de uma decisão favorável ao autor, por acreditar que o juiz havia sido rigoroso demais em outro processo anterior. Com base nas disposições do Código de Processo Civil (CPC), assinale a alternativa correta:

- (A) O Sr. Marcos, na qualidade de escrivão, goza de imunidade funcional quanto ao retardamento de atos ordinatórios, cabendo apenas ao juiz aplicar sanção administrativa interna, sem possibilidade de responsabilidade civil regressiva.
- (B) O Dr. Roberto é apenas suspeito, e não impedido, em relação à instituição de ensino, pois o vínculo docente não configura causa automática de afastamento do magistrado, independentemente da natureza do contrato.
- (C) O Dr. Roberto está impedido de exercer suas funções no processo por figurar como parte instituição de ensino com a qual possui relação de emprego, e o Sr. Marcos responderá civil e regressivamente por ter retardado o ato oficial sem justo motivo.
- (D) O fato de o perito ser sócio de uma empresa que atende a esposa do juiz gera impedimento automático do magistrado, pois o CPC veda qualquer relação indireta entre auxiliares da justiça e familiares do juiz até o terceiro grau.
- (E) Caso o Dr. Roberto decida se declarar suspeito por motivo de foro íntimo devido à sua amizade com o perito, ele será obrigado, por lei, a declarar expressamente suas razões detalhadas na petição de afastamento.

### Questão 27

(Correta: A)

Laura, residente em Curitiba, ajuizou ação de reparação de danos contra a empresa Alfa Engenharia S.A., cuja sede fica em Porto Alegre. Segundo a autora, os prejuízos decorreram de defeito em obra realizada pela empresa em um imóvel localizado em Florianópolis. A ação foi proposta no foro de Curitiba. Após a distribuição da petição inicial, a empresa ré apresentou contestação sem suscitar qualquer questão relacionada à competência territorial. Meses depois, verificou-se que outra ação envolvendo as mesmas partes e fundada no mesmo fato já tramitava em Florianópolis, tendo sido proposta anteriormente por outro coproprietário do imóvel. Além disso, durante o andamento do processo, foi aprovada lei estadual que alterou a organização judiciária local, modificando a distribuição de competências entre determinadas varas. Diante dessas circunstâncias processuais, assinale a alternativa correta:

- (A) A competência, em regra, fixa-se no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes modificações posteriores do estado de fato ou de direito, salvo quando houver supressão do órgão judiciário ou alteração da competência absoluta; além disso, a incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.
- (B) Nas ações de reparação de danos sofridos em razão de delito ou acidente de veículos, a competência territorial é sempre absoluta e deve necessariamente corresponder ao local do fato que originou o prejuízo, razão pela qual o juiz pode declará-la de ofício a qualquer tempo, ainda que o réu não tenha suscitado a questão na contestação.
- (C) Caso seja reconhecida a incompetência do juízo, todos os atos processuais anteriormente praticados serão automaticamente anulados, devendo o processo reiniciar integralmente perante o juízo competente.
- (D) Ainda que duas ações apresentem identidade de causa de pedir ou de pedido, a reunião dos processos para julgamento conjunto depende necessariamente de requerimento das partes, sendo vedado ao juiz determinar tal providência de ofício.
- (E) A competência territorial jamais pode ser modificada pela vontade das partes, uma vez que toda regra de competência prevista no Código de Processo Civil possui natureza absoluta e inderrogável.

### Questão 28

**(Correta: B)**

Sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, julgue as assertivas a seguir:

I.O administrado tem direito a ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.

II.O administrado não precisa expor os fatos conforme a verdade, pois é ônus da Administração Pública federal descobri-la.

III.O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

IV.Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

V.O recurso será dirigido diretamente à autoridade de maior hierarquia do setor.

É correto o que se afirma em:

- (A) II e V, apenas.  
(B) I, III e IV, apenas.  
(C) II, III e V, apenas.  
(D) I e IV, apenas.  
(E) I, II, III, IV e V.

### Questão 29

**(Correta: A)**

Na arquitetura constitucional brasileira, são chamados de entes de cooperação as paraestatais ou organizações não governamentais que compõem o terceiro setor. Sobre o tema, julgue as assertivas a seguir:

I.Os serviços sociais autônomos – sistema S, SESI, SESC, SEBRAE, SENAC, SEST, SENAI, SENAR, SENAT – são pessoas jurídicas de direito privado, que estão fora da Administração, integrando a iniciativa privada. O objetivo é fomentar as diversas categorias profissionais por meio da assistência ou ensino qualificado (de formação profissional).

II.O Sistema S é uma delegação de serviço público.

III.Devem ser registrados no cartório de registro civil de pessoas jurídicas.

IV.Não estão sujeitos à parafiscalidade.

V.Como não recebem repasse de quantias públicas via dotação orçamentária, não sofrem controle pelo Tribunal de Contas da União.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.  
(B) III e IV, apenas.  
(C) I, II, III, IV e V.  
(D) II, IV e V, apenas.  
(E) I, II e V, apenas.

### Questão 30

**(Correta: D)**

Em determinado momento, surgiu uma vaga no Tribunal de Contas da União em razão da aposentadoria de um de seus Ministros. Diante disso, iniciou-se o processo de escolha do novo integrante da Corte. O Presidente da República indicou diretamente um economista de sua confiança, com 72 anos de idade e ampla experiência na área privada, para ocupar o cargo. A indicação foi encaminhada ao Senado Federal para aprovação. Paralelamente, parlamentares defenderam que a vaga deveria ser preenchida por indicação do Congresso Nacional, enquanto alguns ministros do próprio Tribunal sustentaram que a escolha deveria observar a participação institucional da Corte na formação de listas de candidatos oriundos de determinadas carreiras. Considerando as regras constitucionais sobre a composição do Tribunal de Contas da União, assinale a alternativa correta:

- (A) A Constituição prevê que os Ministros do Tribunal de Contas da União sejam escolhidos majoritariamente pelo Congresso Nacional, cabendo ao Presidente da República indicar apenas uma parcela das vagas, com aprovação do Senado Federal, sendo que essas indicações não precisam observar reserva para auditores ou membros do Ministério Público junto ao Tribunal, tampouco idade mínima e máxima dos indicados.
- (B) A Constituição determina que os Ministros do Tribunal de Contas da União sejam escolhidos em partes iguais pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional, exigindo-se aprovação do Senado Federal para todas as indicações, inclusive aquelas realizadas diretamente pelo Poder Legislativo.
- (C) A Constituição exige que todos os Ministros do Tribunal de Contas da União sejam escolhidos dentre cidadãos que possuam notório conhecimento técnico nas áreas indicadas, idade superior a trinta e cinco anos e reputação ilibada, cabendo a escolha ao Presidente da República e ao Supremo Tribunal Federal em regime de cooperação institucional.
- (D) A Constituição estabelece que os Ministros do Tribunal de Contas da União devem possuir idade superior a trinta e cinco e inferior a setenta anos, reputação ilibada e notório conhecimento em determinadas áreas, sendo escolhidos em parte pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, havendo vagas reservadas a auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal.
- (E) A Constituição estabelece que os Ministros do Tribunal de Contas da União sejam escolhidos pelo Congresso Nacional e pelo Presidente da República, sendo que, nas indicações presidenciais, a aprovação do Senado Federal é dispensada quando o indicado possuir notório conhecimento técnico e experiência profissional superior a dez anos.

### Questão 31

(Correta: D)

No Município Alfa, o prefeito autorizou a venda de um imóvel público histórico a uma empresa privada por valor significativamente inferior ao praticado no mercado. Após a divulgação do negócio, João, eleitor regularmente inscrito, solicitou à prefeitura certidões e documentos sobre o procedimento administrativo que autorizou a alienação do bem, indicando que pretendia verificar eventual lesividade ao patrimônio público. A administração municipal negou o fornecimento das informações, alegando genericamente interesse público no sigilo. Diante disso, João decidiu propor ação popular visando à anulação do ato administrativo e à responsabilização dos envolvidos, incluindo autoridades que autorizaram a operação e a empresa beneficiária. Considerando as regras legais aplicáveis à ação popular, assinale a alternativa correta:

- (A) A ação popular somente pode ser proposta quando o ato lesivo atingir diretamente bens de valor econômico pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios, não abrangendo bens de valor histórico, artístico, estético ou turístico.
- (B) A legitimidade ativa para propor ação popular é restrita ao Ministério Público e aos entes públicos prejudicados, podendo o cidadão apenas atuar como assistente no processo.
- (C) Caso a administração pública negue certidões ou informações solicitadas por cidadão interessado em ajuizar ação popular, o ajuizamento da ação ficará condicionado à prévia obtenção judicial desses documentos.
- (D) A ação popular pode ser proposta por qualquer cidadão para anular ato lesivo ao patrimônio público, devendo a cidadania ser comprovada mediante título eleitoral ou documento equivalente; caso informações necessárias à instrução da ação sejam negadas sob alegação de sigilo, a demanda poderá ser ajuizada sem tais documentos, cabendo ao juiz avaliar os motivos da negativa e, se necessário, requisitar as informações.
- (E) A ação popular deve ser proposta exclusivamente contra a pessoa jurídica de direito público responsável pelo ato impugnado, não sendo possível incluir autoridades que tenham participado do ato ou beneficiários diretos da medida questionada.

### Questão 32

(Correta: A)

O indivíduo A alugou um imóvel urbano de propriedade do indivíduo B entre janeiro de 2018 e dezembro de 2019. Durante o período final do contrato, A deixou de pagar alguns aluguéis. Em março de 2020, B enviou uma notificação extrajudicial cobrando os valores. Em junho de 2020, A respondeu por escrito reconhecendo a existência da dívida e prometendo quitá-la em breve, mas o pagamento não ocorreu. Somente em agosto de 2024, B ajuizou ação de cobrança dos aluguéis atrasados. No processo, A alegou prescrição. B, por sua vez, sustentou que o prazo prescricional havia sido interrompido pelo reconhecimento da dívida. Considerando as regras do Código Civil sobre prescrição, interrupção e prazos prescricionais, assinale a alternativa correta:

- (A) A pretensão de cobrança de aluguéis prescreve em três anos, e o reconhecimento inequívoco da dívida pelo devedor constitui causa de interrupção da prescrição, fazendo com que o prazo volte a correr a partir desse ato.
- (B) O reconhecimento extrajudicial da dívida pelo devedor não produz qualquer efeito sobre a prescrição, pois somente atos judiciais podem interromper o prazo prescricional.
- (C) A prescrição somente pode ser alegada até a sentença de primeiro grau, sendo vedado seu reconhecimento em instâncias superiores.

- (D) A pretensão de cobrança de aluguéis prescreve em cinco anos e a resposta do devedor reconhecendo a dívida apenas suspende o prazo prescricional, que volta a correr pelo tempo restante.
- (E) As partes podem, por acordo, estabelecer prazo prescricional diverso do previsto em lei para a cobrança de aluguéis.

### Questão 33

(Correta: C)

A Secretaria de Saúde do Município "X" decidiu exonerar Maria, ocupante de um cargo em comissão de livre nomeação e exoneração (*ad nutum*). Embora a lei não exigisse a exposição de motivos para esse ato, o Secretário fez constar no decreto de exoneração que a medida era necessária "exclusivamente em razão da redução de 20% no orçamento da pasta para o próximo semestre, o que impunha o corte de pessoal". Dias após a publicação, Maria obteve acesso a documentos oficiais que comprovam que o orçamento da Secretaria de Saúde, na verdade, sofreu um aumento de 15% para o período mencionado e que outra pessoa foi nomeada para a mesma vaga na mesma semana. Com base na doutrina dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- (A) O ato é válido e inatacável, uma vez que a exoneração de cargo em comissão possui natureza *ad nutum*, o que permite à Administração exonerar o servidor a qualquer tempo, independentemente da veracidade dos motivos alegados.
- (B) Trata-se de um vício de forma sanável, passível de convalidação pela autoridade superior, desde que esta apresente um novo motivo legítimo, como a conveniência e oportunidade da substituição da servidora.
- (C) O ato de exoneração é nulo, pois, embora a motivação fosse facultativa, a administração vinculou-se aos motivos declarados, os quais, sendo falsos, invalidam o ato por força da Teoria dos Motivos Determinantes.
- (D) O caso configura hipótese de revogação obrigatória, já que o motivo alegado (corte de gastos) tornou-se juridicamente inadequado diante da nova realidade orçamentária, operando efeitos *ex tunc*.
- (E) O Judiciário não poderá anular o ato, pois a análise da veracidade do motivo alegado pelo Secretário de Saúde configuraria invasão no mérito administrativo (conveniência e oportunidade), vedado pelo princípio da separação de poderes.

### Questão 34

(Correta: D)

A empresa "Logística Rápida Ltda." foi processada por um cliente perante o Juizado Especial Cível. A citação foi enviada por correspondência com aviso de recebimento (AR) e entregue na recepção da empresa, onde o porteiro, devidamente identificado, assinou o documento.

No dia da audiência de conciliação, instrução e julgamento, o advogado da empresa compareceu, mas o preposto (representante da empresa) não apareceu por ter se confundido com o fuso horário de outra região. Diante da ausência da parte ré, o autor requereu a aplicação dos efeitos da revelia. Com base na Lei n.º 9.099/95 e nos artigos fornecidos, assinale a alternativa correta:

- (A) Caso o autor tivesse feito um pedido oral na Secretaria do Juizado, o processo seria nulo desde o início, pois a Lei n.º 9.099/95 exige que o pedido seja sempre escrito e acompanhado de fundamentação jurídica complexa.
- (B) O juiz não poderia decretar a revelia neste caso, pois o comparecimento do advogado da empresa supre a ausência da parte, conforme o princípio da informalidade e da economia processual.
- (C) A citação é nula de pleno direito, pois a lei dos Juizados Especiais Cíveis determina que a citação de pessoas jurídicas deve ser feita obrigatoriamente por oficial de justiça, sendo vedada a via postal para evitar prejuízos à ampla defesa.
- (D) A citação é considerada válida mesmo tendo sido recebida pelo encarregado da recepção, e o não comparecimento da empresa à sessão de conciliação, instrução e julgamento autoriza o juiz a reputar verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial.
- (E) O prazo para que a empresa apresentasse uma contestação escrita deveria ser contado em dias corridos, uma vez que a celeridade é o princípio norteador dos Juizados Especiais, afastando a contagem em dias úteis prevista no CPC.

### Questão 35

(Correta: B)

De acordo com o Código Civil brasileiro, julgue as assertivas a seguir:

I. São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.

II. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

III. A obrigação de prestar alimentos é personalíssima e não se transmite aos herdeiros do devedor.

IV. Para a manutenção dos filhos, os cônjuges separados judicialmente contribuirão na proporção de seus recursos.

V. Pode o credor não exercer, porém, lhe é vedado renunciar o direito a alimentos, sendo o respectivo crédito insuscetível de cessão, compensação ou penhora.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, II, IV e V, apenas.
- (C) III e V, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

### Questão 36

**(Correta: C)**

O Estado Alfa editou lei proibindo o uso de determinadas expressões linguísticas em materiais didáticos de escolas públicas estaduais e municipais, sob o argumento de preservar a língua portuguesa em sua forma considerada tradicional. Paralelamente, o governador afirmou que o Estado poderia firmar acordos educacionais diretamente com outros países, no plano internacional, para difundir tal política linguística. Além disso, um município localizado nesse Estado aprovou norma própria, criando regras distintas das federais e das estaduais sobre o tema em sua rede de ensino. A questão chegou ao Supremo Tribunal Federal para análise da compatibilidade dessas medidas com a Constituição e com a estrutura federativa brasileira. Partindo dessa situação, assinale a alternativa correta:

- (A) Como os Estados possuem autonomia política e legislativa, podem exercer soberania plena dentro de seu território, inclusive firmando acordos internacionais em matérias de interesse regional.
- (B) A autonomia federativa permite que os Municípios adotem políticas educacionais independentes, inclusive afastando normas gerais nacionais quando entenderem que estas não atendem às peculiaridades locais, pois é competência dos Municípios legislar sobre o interesse local.
- (C) O Estado Alfa não poderia legislar sobre o uso das expressões linguísticas em materiais didáticos, pois embora os Estados possuam competência para legislar concorrentemente sobre educação, devem observar as normas gerais editadas pela União, ou seja, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Além disso, a afirmação do governador é equivocada, pois a soberania pertence ao Estado brasileiro, cabendo à União representá-lo nas relações internacionais.
- (D) Como a soberania pertence à União enquanto ente federativo, cabe exclusivamente a ela decidir sobre organização educacional e sobre políticas linguísticas em todo o território nacional, sem participação normativa dos demais entes.
- (E) Os Municípios, por integrarem a Federação em condição de igualdade com os demais entes, podem editar normas educacionais que contrariem diretrizes nacionais estabelecidas pela União.

### Questão 37

**(Correta: C)**

Sobre o crime de peculato, assinale a alternativa correta:

- (A) Segundo o posicionamento sumulado do STJ, é viável a aplicação do princípio da insignificância ao crime de peculato.
- (B) O crime de peculato, em todas as hipóteses previstas no artigo 312, do Código Penal, é classificado como crime funcional próprio.
- (C) No crime de peculato culposo, somente poderá ser responsabilizado o funcionário público se este concorrer culposamente para a prática do crime de outrem.
- (D) No peculato-desvio e no peculato-furto, é pressuposto básico que o funcionário público tenha posse lícita do bem para praticar o delito.
- (E) O crime de peculato é classificado como um crime próprio, ou seja, ainda que um particular pratique a conduta em conjunto com um funcionário público, o particular não poderá ser responsabilizado por crime funcional.

### Questão 38

**(Correta: E)**

Segundo a teoria geral do crime e a doutrina penal, assinale a alternativa que indica o conceito de crime de atentado:

- (A) O crime de atentado ocorre quando a ação e o resultado ocorrem em países diferentes.
- (B) O crime de atentado ocorre quando há um delito contra a vida, no qual, após a conduta, a vítima é atingida, mas o resultado morte não ocorre.
- (C) O crime de atentado ocorre quando há um delito contra a vida ou a integridade física de uma pessoa, no qual, após a conduta, a vítima não é atingida.
- (D) O crime de atentado é classificado como ato terrorista, sendo punido por legislação penal especial.
- (E) O crime de atentado ocorre quando a legislação penal pune a tentativa com a mesma pena da consumação, sem reduções.

### Questão 39

**(Correta: D)**

A Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), como autarquia municipal, portanto integrante da Administração Pública, está vinculada aos deveres e garantias constitucionais, inclusive ao objetivo fundamental de "promover o bem de todos, sem preconceitos" (Art. 3º, IV da Constituição Federal) e ao princípio da dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III/CF). Analise as assertivas a seguir sobre as medidas criadas pela FURB para atender a esses requisitos em relação às pessoas servidoras da Instituição e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(\_\_ ) A FURB tem uma política própria de Diversidade e Inclusão (Resolução n.º 034/2025), que prevê o respeito

à orientação sexual e identidade de gênero, inclusive prevendo o uso de nome social de pessoas trans em todos os documentos funcionais e o direito ao tratamento verbal exclusivamente pelo nome social.

()A FURB tem uma política própria de Diversidade e Inclusão (Resolução n.º 034/2025), que prevê o respeito à orientação sexual e identidade de gênero, mas essa política apresenta uma grave lacuna ao não se direcionar às pessoas com deficiências.

()A Política de Diversidade e Inclusão da FURB (Resolução n.º 034/2025) é focada em ações afirmativas e interseccionais, visa acolher grupos vulneráveis, combater violências étnico-raciais e garantir equidade no acesso e permanência acadêmica, tanto do quadro funcional, quanto discente.

()Enquanto instituição que integra a Administração Pública Indireta, cabe à FURB obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência o que, dentre outros requisitos, impõe o dever da transparência, ética, honestidade e não discriminação.

()A Política de Diversidade e Inclusão da FURB (Resolução n.º 034/2025) é abrangente em propostas para a efetiva inclusão interseccional e intersetorial das diversidades e ao exemplificar casos de proteção contra a discriminação, inclusive prevendo fluxo para o acolhimento de pessoas ofendidas (vítimas de preconceito, discriminação e importunação), mas não traz os ritos administrativos para o encaminhamento de denúncias.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – V – V – F – V.
- (B) F – V – F – F – V.
- (C) V – F – F – V – F.
- (D) V – F – V – V – F.
- (E) V – F – F – V – V.

#### Questão 40

(Correta: E)

A Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) goza de autonomia Universitária e preza pela valorização de seus profissionais, assim, é previsto o licenciamento periódico remunerado como parte da Progressão de Carreira no Magistério da Educação Superior. Marque a alternativa que apresenta justificativas e critérios para essa concessão no âmbito da FURB:

- (A) Em que pese a previsão de continuidade no quadro de pessoal permanente por período igual a duas vezes o tempo de afastamento, esse dever pode ser afastado pela gestão pública, sem que isso gere qualquer ônus, tanto para a pessoa docente, quanto para a gestora.

(B) Qualquer docente pode requerer o licenciamento periódico remunerado, pois a valorização dos profissionais de educação e a garantia do padrão de qualidade são princípios constitucionais, conforme o Art. 206 da CF/88.

(C) O licenciamento periódico remunerado é concedido tanto para programas de pós-graduação stricto-sensu, quanto lato-sensu, pois ambos são voltados para a garantia do alto padrão de qualidade. No caso de programas de pós-graduação lato-sensu, no entanto, a pessoa docente deve permanecer no quadro de pessoa permanente por período igual a quatro vezes o tempo de afastamento.

(D) Uma vez concedido o afastamento para capacitação, este não pode ser revogado, pois isso contrariaria o princípio da segurança jurídica.

(E) O licenciamento periódico remunerado é concedido a docentes estáveis para realização de pós-graduação stricto-sensu e estágio pós-doutoral. Essa concessão, no entanto, traz obrigações, como a continuidade no quadro de pessoal permanente por período igual a duas vezes o tempo do afastamento.

#### Questão 41

(Correta: D)

Analise as assertivas a seguir e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

()A Lei n.º 14.457/2022, que institui o Programa Emprega + Mulheres, oferece medidas para a inserção e manutenção das mulheres no mercado de trabalho, como o reembolso-creche; priorização para alocação de vagas em teletrabalho, trabalho remoto ou à distância para quem exercer a parentalidade de criança até seis anos de idade ou com deficiência, neste caso não havendo limite de idade; dentre outras medidas.

()A Lei n.º 14.611/2023, que dispõe sobre a igualdade salarial, prevê, dentre outras, as seguintes medidas para a garantia da igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens: estabelecimento de mecanismos de transparência salarial e de critérios remuneratórios; fomento à capacitação e à formação de mulheres para o ingresso, a permanência e a ascensão no mercado de trabalho em igualdade de condições com os homens; disponibilização de canais específicos para denúncias de discriminação salarial.

()A Lei n.º 14.611/2023, que dispõe sobre a igualdade salarial, os critérios remuneratórios entre mulheres e homens e dá outras providências, cria mecanismos mais transparentes para a fiscalização e combate à prática de discriminação no ambiente de trabalho, tratando apenas e exclusivamente da discriminação por sexo.

()A Lei n.º 14.457/2022, que institui o Programa Emprega + Mulheres, aplica-se apenas a filhas(os) sanguíneas(os) ou adotivas(os), proporcionando maior inserção e manutenção de mulheres no mercado de trabalho.

( ) A Lei n.º 14.457/2022, que institui o Programa Emprega + Mulheres, traz bastantes avanços nessa área, mas falha ao não propor medidas de apoio ao retorno ao trabalho após a licença-maternidade que sejam direcionadas aos pais. Essa lacuna, de certa maneira, pode manter a discriminação na contratação, pois o empregador pode continuar priorizando contratar homens, uma vez que não estão diretamente mencionados na referida lei.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – F – F – V.
- (B) F – V – V – F – V.
- (C) F – F – V – V – F.
- (D) V – V – F – F – F.
- (E) V – V – V – V – F.

### Questão 42

(Correta: C)

Prevê o artigo 2º, da Lei Complementar Municipal n.º 743/2010, que a "FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau é uma autarquia municipal de regime especial, com sede e foro no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, aplicando-se-lhe as prerrogativas e os privilégios da fazenda pública municipal." Sobre a Fazenda Pública, é correto o que se afirma em:

- (A) Todos os privilégios da Fazenda Pública são extensíveis às sociedades de economia mista que executam atividades em regime de concorrência ou que tenham como objetivo distribuir lucros aos seus acionistas.
- (B) Pertence à União o produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos Municípios, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- (C) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
- (D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir qualquer tipo de tributo sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- (E) Quando a Fazenda Pública renuncia a alguma receita, deve apresentar estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e no exercício subsequente.

### Questão 43

(Correta: B)

"A República Federativa do Brasil conta com aproximadamente 5.570 Municípios. São entes políticos voltados à legislação e ao governo das questões de interesse local. A Constituição Federal lhes outorga competência tributária, de modo que podem instituir seus próprios tributos, elencados exaustivamente. Essa competência, forte na combinação do art. 145, I, com o art. 156, se inicia pelos três impostos que lhes cabem: o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), o imposto sobre a transmissão, inter vivos, de bens imóveis ou direitos a eles relativos (ITBI) e o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN ou ISS)."

(ISS: CF e LC 116 Comentadas. Leandro Paulsen, Omar Augusto Leite Melo. 2. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. p. 06.)

Sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), tem se pronunciado o Supremo Tribunal Federal em diversos Temas de Repercussão Geral. Assinale a alternativa que traz corretamente um posicionamento vinculante da Suprema Corte Brasileira sobre o referido tributo:

- (A) É inconstitucional a incidência do ISS sobre a prestação de serviços de registros públicos, cartorários e notariais, devidamente previstos em legislação tributária municipal.
- (B) É constitucional a inclusão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).
- (C) É inconstitucional a incidência de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre contratos de franquia (franchising) (itens 10.04 e 17.08 da lista de serviços prevista no Anexo da Lei Complementar n.º 116/2003).
- (D) É compatível com a Constituição Federal disposição normativa a prever a obrigatoriedade de cadastro, em órgão da Administração municipal, de prestador de serviços não estabelecido no território do Município e imposição ao tomador da retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) quando descumprida a obrigação acessória.
- (E) É inconstitucional a incidência de ISS sobre serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios e prêmios (item 19, da Lista de Serviços Anexa à Lei Complementar n.º 116/2003).

### Questão 44

(Correta: A)

Conforme o Regimento Geral da FURB, o Conselho Universitário (Consuni) é estabelecido como o órgão máximo de deliberação da universidade, responsável por guiar as políticas e diretrizes institucionais. Sua estrutura e competências são vitais para a governança acadêmica e administrativa da instituição. Diante da importância e da complexidade da gestão universitária, assinale a alternativa que descreve corretamente a composição e as atribuições fundamentais do Consuni da FURB:

- (A) Compete ao CONSUNI aprovar o orçamento anual e plurianual da FURB, bem como discutir a política salarial de seu pessoal, na conformidade da legislação pertinente.
- (B) O CONSUNI possui competência para normatizar e apreciar proposições de consulta direta da comunidade universitária sobre assuntos relevantes pelo voto de pelo menos um terço de seus membros.
- (C) O CONSUNI é composto exclusivamente pelo Reitor, Vice-Reitor e Pró-Reitores, sendo possível a participação de outros representantes docentes e técnico administrativos, devendo ser todos servidores da FURB.
- (D) As reuniões do CONSUNI são realizadas de preferência de forma presencial, sendo possibilitada, no entanto, a votação por procuração.
- (E) As decisões do CONSUNI são meramente consultivas, cabendo ao Reitor a decisão final sobre as matérias discutidas.

### Questão 45

**(Correta: E)**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) estabelece diversas atribuições conferidas às universidades no exercício de sua autonomia. No contexto da Universidade Regional de Blumenau (FURB), a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, manifesta-se em conformidade com tais diretrizes legais em seu Estatuto, homologado pelo Decreto Municipal n.º 9.199/2010. Acerca do tema referido, assinale a alternativa que apresenta uma atribuição da FURB que reflita sua autonomia:

- (A) Receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante exclusivamente de convênios com entidades privadas.
- (B) Estabelecer de forma autônoma e ilimitada o regime jurídico de seus servidores, em virtude de sua autonomia administrativa plena.
- (C) Conferir graus, diplomas e outros títulos de cursos de extensão e curta duração apenas, visto que a validação de títulos de graduação e pós-graduação é prerrogativa exclusiva de órgãos federais.
- (D) Administrar seus bens e recursos de maneira discricionária, sem sujeição aos princípios da administração pública, em razão de sua autonomia de gestão financeira e patrimonial.
- (E) Criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, obedecendo às normas gerais da União.

### Questão 46

**(Correta: B)**

A Lei n.º 8.112/1990 estabelece o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Considerando que a Universidade Regional de Blumenau (FURB) é uma

autarquia municipal e que a Lei n.º 8.112/1990 lhe é aplicável subsidiariamente, assinale a alternativa correta:

- (A) Os requisitos básicos para investidura em cargo público na FURB, tais como a nacionalidade brasileira e o gozo dos direitos políticos, não podem ser complementados ou flexibilizados por legislação municipal específica, sob pena de violação da universalidade de acesso aos cargos públicos.
- (B) As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e, inclusive, com cientistas estrangeiros.
- (C) A aplicação da Lei n.º 8.112/1990 aos servidores da FURB é restrita apenas aos aspectos disciplinares, não abrangendo direitos e deveres funcionais.
- (D) A Lei n.º 8.112/1990 é aplicada de forma prioritária a todas as autarquias, sejam elas federais, estaduais ou municipais, com o intuito de uniformizar os regimes jurídicos em todo o país.
- (E) A recondução do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, decorrente de inabilitação em estágio probatório ou reintegração do anterior ocupante, é um instituto específico da esfera federal, não se submetendo à aplicação subsidiária em autarquias municipais.

### Questão 47

**(Correta: A)**

Em relação ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) sobre ensino, pesquisa e extensão para as universidades, assinale a alternativa que melhor expressa a condução desses pilares na Universidade Regional de Blumenau (FURB):

- (A) A FURB promove a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão de forma permanente e abrangente, buscando estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento crítico, prestando serviços à comunidade e propiciando o desenvolvimento da cidadania e a valorização do ser humano.
- (B) À FURB cabe promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber exclusivamente através do ensino e de suas publicações científicas.
- (C) O foco institucional da FURB reside primordialmente na formação de diplomados para inserção profissional, com a pesquisa e a extensão sendo desenvolvidas de forma insipiente.
- (D) A FURB, ao priorizar o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, raramente vincula as atividades de extensão da produção de conhecimento gerada na instituição e do ensino regular, fragmentando a interação dialógica com a comunidade.

- (E) A universidade promove a extensão, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição, sem a participação da população, que se beneficiará posteriormente com os resultados.

### Questão 48

**(Correta: A)**

A Lei n.º 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) estabelece a organização acadêmica do ensino superior brasileiro, distinguindo as Instituições de Ensino Superior (IES) em diferentes categorias, como faculdades, centros universitários e universidades. A Universidade Regional de Blumenau (FURB), enquanto autarquia municipal e conforme seu Estatuto, homologado pelo Decreto n.º 9.199, de 30 de junho de 2010, atende aos requisitos legais para ser classificada como universidade. Nesse contexto, e considerando as características essenciais e distintivas das universidades previstas na LDB, assinale a alternativa que corretamente descreve um conjunto de requisitos cumulativos que definem uma universidade em relação às demais IES:

- (A) Produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tendo um terço, pelo menos, do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, além da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- (B) A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ofertadas como componentes curriculares básicos, sendo a extensão componente curricular obrigatório aos alunos bolsistas e optativo aos demais.
- (C) Autonomia didático-científica e administrativa para criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior em sua sede, sem a necessidade de submissão às normas gerais da União.
- (D) Apresentar um corpo docente qualificado e dedicado à excelência do ensino em diferentes áreas do conhecimento, com forte atuação na formação de profissionais para o mercado de trabalho, tendo um terço, ao menos, do corpo docente com titulação acadêmica de doutorado.
- (E) Exigência de que um terço, pelo menos, do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado, e que as atividades de pesquisa e extensão sejam desenvolvidas em caráter complementar ao ensino, priorizando o conteúdo técnico.

### Questão 49

**(Correta: E)**

No exercício de suas funções em uma universidade, um profissional de nível superior defronta-se com uma tensão recorrente na literatura ética: a distinção entre agir corretamente porque uma norma o exige e agir corretamente porque reconhece, por convicção racional

e compromisso relacional, que aquela conduta é a mais justa para todos os envolvidos. Essa tensão remete a matrizes filosóficas distintas – uma de base deontológica, outra de base relacional – que, embora divergentes em seus fundamentos, convergem ao exigir do profissional coerência entre princípios e ações, inclusive nos espaços institucionais onde atua. Com base nos fundamentos filosóficos da ética profissional, assinale a alternativa correta:

- (A) A matriz deontológica kantiana, ao centrar-se no dever racional, reconhece que condutas eticamente corretas podem variar conforme o contexto institucional, admitindo exceções quando o resultado esperado for benéfico para a maioria.
- (B) Tanto a perspectiva deontológica quanto a relacional convergem para a conclusão de que a responsabilidade ética do profissional esgota-se no cumprimento dos códigos formais de conduta estabelecidos pelos respectivos conselhos de classe.
- (C) A ética profissional de base relacional, tal como proposta por Ricoeur, restringe-se à dimensão interpessoal das relações de trabalho, não alcançando os compromissos do profissional com as estruturas institucionais e sociais nas quais atua.
- (D) A ética relacional, por privilegiar o vínculo com o outro e a justiça institucional, dispensa o profissional de observar normas deontológicas, substituindo-as integralmente por critérios situacionais de conveniência coletiva.
- (E) A perspectiva deontológica, representada por Kant, sustenta que o agir ético deriva da adesão a máximas universalizáveis, de modo que a integridade profissional depende da coerência entre princípios e ações, independentemente das consequências imediatas de cada conduta.

### Questão 50

**(Correta: E)**

Em um processo de reestruturação do setor de gestão de pessoas de uma universidade pública federal, a equipe técnica propõe a revisão dos critérios utilizados no recrutamento interno e externo de servidores. A proposta parte do diagnóstico de que o quadro funcional, embora tecnicamente qualificado, apresenta déficits nas relações interpessoais: baixa colaboração entre setores, dificuldade de comunicação em situações de pressão e resistência à diversidade de perspectivas. A equipe defende que a avaliação de competências socioemocionais deve compor, de forma sistemática, os processos seletivos, com base em evidências sobre seus impactos organizacionais. Com base nos fundamentos das competências socioemocionais nas relações de trabalho, assinale a alternativa correta:

- (A) A empatia, por ser uma habilidade inata e de difícil desenvolvimento, tem aplicação restrita ao campo das relações de cuidado e saúde, não sendo passível de treinamento sistemático no contexto das organizações de trabalho.

- (B) As competências socioemocionais, por envolverem aspectos subjetivos e relacionais, não produzem impactos mensuráveis sobre indicadores organizacionais como rotatividade de funcionários, satisfação dos colaboradores e clima institucional.
- (C) A amabilidade, enquanto competência socioemocional, corresponde à tendência do indivíduo a concordar com todos os pontos de vista presentes no ambiente de trabalho, priorizando a harmonia coletiva em detrimento de sua própria opinião.
- (D) O comportamento assertivo, por privilegiar a expressão individual das opiniões e necessidades, tende a ampliar os conflitos interpessoais no ambiente de trabalho e a comprometer a qualidade das relações organizacionais.
- (E) O engajamento com os outros difere da motivação individual porque envolve o vínculo construído entre colaborador e instituição, orientando o profissional a se dedicar de forma permanente, enquanto a motivação tem caráter mais volátil e dependente de estímulos externos.

## FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questões	RESPOSTAS				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

Questões	RESPOSTAS				
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E

### INFORMAÇÕES

O inteiro teor da prova e o gabarito preliminar serão divulgados até as **20h do dia 20 de abril de 2026**, no endereço eletrônico <http://concursos.furb.br/>, na Área do Candidato.

O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões da Prova Objetiva ou ao gabarito preliminar divulgado poderá interpor recurso no período compreendido entre **00h00min01seg do dia 21 de abril de 2026 e 23h59min59seg do dia 22 de abril de 2026**.

19 de abril de 2026